

SENTENÇAS

FALTA DE INTERESSE EM PROSSEGUIR NO FEITO – AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA – INTERPRETAÇÃO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL DOS FATOS ANTERIORES AO ENTENDIMENTO DO STF - EXTINTA A PUNIBILIDADE, TENDO EM VISTA A RETRAÇÃO DA VÍTIMA. (PROCESSO: 0032447-56.2011.8.19.0021. JUIZ ANTONIO ALVES CARDOSO JUNIOR. JULGADO EM 16 DE OUTUBRO DE 2012) 109

CRIME DE TORTURA CONTRA FILHA MENOR. VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. RÉU CONFESSO. ELEMENTARES COMPROVADAS PELA PROVA TESTEMUNHAL E TÉCNICA. CONDENAÇÃO. RÉU COM MAUS ANTECEDENTES E CULPABILIDADE EXARCEBADA. GRAVES CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. PENA QUE SE AFASTA DO MÍNIMO LEGAL. SUBSTITUIÇÃO DE PENA. IMPOSSIBILIDADE. (PROCESSO: 0015360-05.2012.8.19.0210. JUIZ ALBERTO FRAGA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2012) 111

CRIME DE LESÕES CORPORAIS SIMPLES E CRIME DE DESOBEDIÊNCIA A DECISÃO JUDICIAL SOBRE PERDA OU SUSPENSÃO DE DIREITO – ARTS. 129§9º E ART. 359 DO CP. (PROCESSO: 0265210-26.2011.8.19.0001. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM 16 DE JULHO DE 2012) 121

CRIMES DE INVASÃO DE DOMICILIO DURANTE O REPOUSO NOTURNO E DANO QUALIFICADO – RELAÇÃO DE NAMORO – APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA. (PROCESSO: 0300350-24.2011.8.19.0001. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM: 11 DE JULHO DE 2012) 134

DOIS CRIMES DE LESÕES CORPORAIS E DOIS CRIMES DE AMEAÇA – VÍTIMAS DISTINTAS – MÃE E FILHA – ALEGAÇÃO DEFENSIVA DE AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA PREVISTA NO ART. 16 DA LEI 11.343/06. (PROCESSO Nº 0127887-42.2012.8.19.000. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM: 09 DE JULHO DE 2012) 144

DENÚNCIA: LESÕES CORPORAIS DOLOSAS – ART. 129, § 9º, CP – AECD: ESCORIAÇÕES LINEARES EM BRAÇO. (SEGREDO DE JUSTIÇA. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM: 09 DE JULHO DE 2012) 153

CRIME DE SUPRESSÃO DE DOCUMENTO – ART. 305 DO CP – DESTRUIÇÃO DE DOCUMENTO DA VÍTIMA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. (PROCESSO: 0492602-54.2011.8.19.0001. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM: 04 DE JUNHO DE 2012).....	165
CRIMES DE INVASÃO DE DOMICÍLIO DURANTE REPOUSO NOTURNO E LESÕES CORPORAIS CONTRA VÍTIMAS DISTINTAS, MÃE E FILHO. (PROCESSO: 02229770-66.2011.8.19.0001. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM: 01 DE JUNHO DE 2012)	169
CRIME DE LESÕES CORPORAIS - ART. 129, § 9º DO CP – OFENSA A INTEGRIDADE FÍSICA DA COMPANHEIRA QUE ESTAVA EM PERÍODO PÓS-PARTO. (PROCESSO n.º 0064221-04.2011.8.19.0001. JUIZA: ADRIANA RAMOS DE MELLO. JULGADO EM: 31 DE MAIO DE 2012).....	178
LESÕES CORPORAIS E CÁRCERE PRIVADO – ARTS. 129, §9 E 148, CP – RETRATAÇÃO DA VÍTIMA QUANTO AO DELITO DO ART. 129 § 9º DO CP POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. (PROCESSO: 0077888-62.2008.8.19.0001. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM 04 DE MAIO DE 2012).....	186
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE – ART. 129, §§ 3º E 10º C/C ART. 61, “H” DO CP - RELAXAMENTO DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO. (PROCESSO nº 0384797-47.2008.8.19.0001. JUIZA: ADRIANA RAMOS DE MELLO. JULGADA EM: 10 DE ABRIL DE 2012)	196
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - ARTIGOS 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL – CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA – MATERIALIDADE COMPROVADA - NENHUMA CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE OU CULPABILIDADE - CONDENAÇÃO. (PROCESSO: 2214695-87.2011.8.19.0021. JUIZ ANTONIO ALVES CARDOSO JUNIOR. JULGADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011)	202
CRIME DE LESÕES CORPORAIS – ART.S 129, § 9º; 129 E 147, DUAS VEZES, NA FORMA DO ART. 69, TODOS DO CP – CRIME PRATICADO DENTRO DE UM POSTO MÉDICO - MATERIALIDADE COMPROVADA – INVIÁVEL A DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONTRAVENÇÃO DE VIAS DE FATO - CONDENAÇÃO. (PROCESSO: 2197345-86.2011.8.19.0021. JUIZ ANTONIO ALVES CARDOSO JUNIOR. JULGADO EM 17 DE OUTUBRO DE 2011).....	209

CRIME DE LESÕES CORPORAIS – ART. 129, § 9º DO CP – ALEGAÇÃO DEFENSIVA QUANTO À COLORAÇÃO DAS LESÕES, RESSALTANDO CONTRADIÇÃO QUANTO À ÉPOCA EM QUE TERIAM SIDO PRODUZIDAS. (**PROCESSO: 0319637-07.2010.8.19.0001. JUIZA: RENATA DE LIMA MACHADO AMARAL. JULGADO EM: 29 DE JUNHO DE 2011**)..... 223

CRIME DE RESISTÊNCIA, AMEAÇA E LESÃO CORPORAL. DENÚNCIA QUE NÃO DESCREVE ADEQUADAMENTE AS ELEMENTARES DA RESISTÊNCIA. INÉPCIA. LESÕES CORPORAIS DEMONSTRADAS, MAS QUE NÃO SE COADUNAM COM AS DESCRITAS NA DENÚNCIA. ABSOLVIÇÃO. AMEAÇAS COMPROVADAS PELA PROVA TESTEMUNHAL. CONDENAÇÃO. REINCIDÊNCIA. PENA APLICADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. SURSIS. INAPLICABILIDADE DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. (**PROCESSO 2009.205.002261-6. JUIZ ALBERTO FRAGA. JULGADO EM 30 DE MARÇO DE 2010**)231

AMEAÇA, RESISTÊNCIA, VIAS DE FATO E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO – ARTIGOS 147 E 329 DO CP, ART. 21 DO DECRETO-LEI 3.688/41 E ART. 14 DA LEI 10.826/03. (**PROCESSO nº 2007.001.267751-9. JUIZA: ADRIANA RAMOS DE MELLO. JULGADO EM: 14 DE JULHO DE 2009**)239

ACÓRDÃOS – TJ/RJ

LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR – AGRESSÃO FÍSICA E AMEAÇA – AFASTAMENTO DO LAR CONJUGAL, FIXAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS E GUARDA DOS FILHOS EM PODER DA MÃE - MEDIDAS PROTETIVAS BEM DEFERIDAS, QUE SE MANTÉM ATÉ REEXAME DA MATÉRIA NO JUÍZO COMPETENTE. (**TJRJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0007453-27.2012.8.19.0000- DES. VALMIR DE OLIVEIRA SILVA - JULGAMENTO: 11/09/2012 - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**). 253

HABEAS CORPUS – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – HOMICÍDIO TENTADO – DESCLASSIFICAÇÃO – LESÃO CORPORAL GRAVE – PRISÃO CAUTELAR – EXCESSO DE PRAZO – DEMORA JUSTIFICADA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM DENEGADA. (**TJRJ. HC Nº 0036998-45.2012.8.19.0000 - DES. MARCUS BASILIO - JULGAMENTO: 27/08/2012 – PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**). 255

LEI MARIA DA PENHA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – MEDIDAS PROTETIVAS – COMPETÊNCIA – RECURSO CABÍVEL – AGRAVO – NÃO CONHECIMENTO – HABEAS CORPUS. (TJRJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0027613-73.2012.8.19.0000 - DES. MARCUS BASILIO - JULGAMENTO: 27/08/2012 - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL).....258

CRIME CONTRA A PESSOA. LEI MARIA DA PENHA. LESÃO CORPORAL DOLOSA. PROCESSO. ANULAÇÃO. DESCABIMENTO. PUNIBILIDADE. EXTINÇÃO. RETRAÇÃO DA VÍTIMA. NÃO OCORRÊNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DE LESIVIDADE. INVIABILIDADE. TRATANDO-SE DE CRIME PERPETRADO COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NÃO SE APLICAM, A TEOR DO DISPOSTO NO ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06, OS INSTITUTOS DESPENALIZADORES INDICADOS NA LEI Nº 9.099/95, NÃO SENDO, ASSIM, MAIS EXIGIDA A REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA PARA A DEFLAGRAÇÃO DA AÇÃO PENAL, QUE PASSOU A SER PÚBLICA INCONDICIONADA. (TJRJ. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0008239-69.2009.8.19.0067 - DES. MOACIR PESSOA DE ARAUJO - JULGAMENTO: 27/08/2012 - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL).....260

CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. CRIME DE LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE DUQUE DE CAXIAS PARA O JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. CARACTERIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO. COMO CEDIÇO, A MENS LEGIS É A PROTEÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E FRAGILIDADE, CUJA VIOLÊNCIA TENHA SIDO COMETIDA NO ÂMBITO DA UNIDADE DOMÉSTICA, DA FAMÍLIA OU EM QUALQUER RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO. NESSA LINHA DE INTELECÇÃO, É FÁCIL CONCLUIR QUE O OBJETO DA NORMA É A TUTELA DO GÊNERO FEMININO, SENDO DESINFLUENTE PARA CAUSA O GÊNERO DO SUJEITO ATIVO. LOGO, RESTOU EQUIVOCADO O ENTENDIMENTO DO JUÍZO SUSCITADO AO RESTRINGIR A APLICAÇÃO DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL ÀS SITUAÇÕES DECORRENTES DE UMA RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO ENTRE UM HOMEM E UMA MULHER. (TJRJ. CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0032890-70.2012.8.19.0000 - DES. MARIA ANGÉLICA G. GUERRA GUEDES - JULGAMENTO: 07/08/2012 - SÉTIMA CÂMARA CRIMINAL).....265

APELAÇÃO - ARTIGOS 129, § 9º, E 330, AMBOS DO CP, SENDO: 03 MESES DE DETENÇÃO (ART. 129 § 9º DO CP) E 15 DIAS DE DETENÇÃO E 10 DIAS-MULTA (ART.

330 DO CP). APLICANDO O ART. 69 DO CP: 03 MESES E 15 DIAS DE DETENÇÃO E 10 DIAS-MULTA. REGIME ABERTO, CONCEDIDO O SURSIS PENAL. APELANTE, DE FORMA LIVRE E CONSCIENTE, OFENDEU A INTEGRIDADE FÍSICA DA VÍTIMA, SUA EX-COMPANHEIRA, COM VÁRIOS SOCOS NO ROSTO E NA CABEÇA, BEM COMO DESOBEDECEU À ORDEM LEGAL DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO. AS PRELIMINARES DE NULIDADE DEVEM SER DE PLANO RECHAÇADAS. (TJRJ. **APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1020965-88.2011.8.19.0002 - DES. GIZELDA LEITÃO TEIXEIRA - JULGAMENTO: 07/08/2012 - QUARTA CÂMARA CRIMINAL**).269

CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO.- DELITO PREVISTO NO ARTIGO 129, § 9º, DO CÓDIGO PENAL. - AGRESSÃO DE PADRASTO CONTRA ENTEADA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS.- INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA.- A LEI 11.340/06 TEM COMO OBJETIVO PROTEGER A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, TENDO EM CONTA A MULHER, NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E EM CONDIÇÕES DE HIPOSSUFICIÊNCIA OU INFERIORIDADE FÍSICA E ECONÔMICA EM RELAÇÕES PATRIARCAIS, SENDO QUE SOMENTE NESTE CASO DEVERÁ SER APLICADA.- NA HIPÓTESE, DÚVIDAS NÃO RESTAM DE QUE O FATO OCORREU NO SEIO DA FAMÍLIA. (TJRJ. **CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0010627-44.2012.8.19.0000 - DES. VALMIR DOS SANTOS RIBEIRO - JULGAMENTO: 14/06/2012 - OITAVA CÂMARA CRIMINAL**). 277

HABEAS CORPUS. ARTIGO 129, §9º (2 VEZES), NA FORMA DO ART.71 E DO ART. 147, E ART. 69, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA ÀS VÍTIMAS. PROCESSO EM TRÂMITE REGULAR. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FÁTICA DA SITUAÇÃO DO PACIENTE, CAPAZ DE AFASTAR OS MOTIVOS QUE DETERMINARAM SUA PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA EXCEPCIONAL DA PRIVAÇÃO DA LIBERDADE. ORDEM DENEGADA. (TJRJ. **HC Nº 0020244-28.2012.8.19.0000 - DES. KATYA MARIA MONNERAT- JULGAMENTO: 12/06/2012 - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**).282

HABEAS CORPUS - DELITO DE LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – IMPETRANTE QUE SE INSURGE CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU MEDIDA CAUTELAR PROTETIVA EM DESFAVOR DO PACIENTE - MATÉRIAS QUE ADENTRAM NO MÉRITO DA CAUSA, O QUE NÃO É CABÍVEL NA VIA ESTREITA DESTE REMÉDIO CONSTITUCIONAL - EXORDIAL QUE NÃO VEIO ACOMPANHADA COM OS DOCUMENTOS ELEMENTARES A COMPROVAR O ALEGADO

CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA. (TJRJ. HABEAS CORPUS Nº 0021543-40.2012.8.19.0000 – DES. CLAUDIO TAVARES DE OLIVEIRA JUNIOR – JULGAMENTO EM: 05/06/2012 – OITAVA CÂMARA CRIMINAL).....288

AÇÃO CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. LEI MARIA DA PENHA (ART.147, DO CÓDIGO PENAL). MEDIDAS PROTETIVAS DE AFASTAMENTO DO LAR, DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA E PROIBIÇÃO DE CONTATO DE QUALQUER NATUREZA. REQUER-SE LIMINARMENTE E NO MÉRITO, A REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DECRETADAS. ALEGA-SE A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. RESTRIÇÕES IMPOSTAS QUE ESTARIAM IMPEDINDO O EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR DO PACIENTE. SUSTENTA-SE QUE MERO RELATO DA VÍTIMA NÃO SERVE POR SI SÓ PARA EMBASAR O DECISUM PROTETIVO. MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS. GRANDE VALIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. CONTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM QUE SE DENEGA. (TJRJ. HC Nº 0058199-30.2011.8.19.0000 E 0018914-93.2012.8.19.0000 - DES. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO - JULGAMENTO: 31/01/2012 - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL)..... 291

ACÓRDÃOS SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. LEI MARIA DA PENHA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. (STJ. HC 242.642 - MG. RELATOR MINISTRO OG FERNANDES. ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA TURMA. DATA DO JULGAMENTO: 16/08/2012. DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE 27/08/2012).....297

AÇÃO PENAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL CONTRA CÔNJUGE. LEI MARIA DA PENHA. CRIME DE DANO QUALIFICADO. PROCURADOR DE JUSTIÇA DO MPDFT. AÇÃO PENAL JULGADA PROCEDENTE. (STJ. AÇÃO PENAL Nº 673 – DF. RELATOR MINISTRO GILSON DIPP. ÓRGÃO JULGADOR: CORTE ESPECIAL DO STJ. DATA DO JULGAMENTO: 15/08/2012. DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE 30/08/2012)..... 306

HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL COMETIDA NO ÂMBITO DOMÉSTICO. LEI MARIA DA PENHA. NATUREZA DA AÇÃO PENAL. REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA. DESNECESSIDADE. RETRATAÇÃO DA OFENDIDA EM AUDIÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA. (STJ. HC 183.048 - SC. RELATOR MINISTRO ADILSON VIEIRA MACABU. ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA TURMA. DATA DO JUL-

GAMENTO: 02/08/2012. DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE 21/08/2012). 318
HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. REITERAÇÃO DE
AGRESSÕES À VÍTIMA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO
PREVENTIVA. LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. 1. DECISÃO FUNDAMEN-
TADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. GARANTIA DA ORDEM
PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI.
NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL DA VÍTIMA. 2.
SUBSTITUIÇÃO. MEDIDAS CAUTELARES. LEI Nº 11.403/2011. NÃO CABIMENTO
3. ORDEM DENEGADA. **(STJ. HC 238.874 - MG. RELATOR MINISTRO MARCO AURÉLIO
BELLIZZE. ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA TURMA. DATA DO JULGAMENTO: 05/06/2012.
DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE 15/06/2012). 330**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL PENAL.
VIAS DE FATO PERPETRADAS NO ÂMBITO DOMÉSTICO. AUDIÊNCIA PRELIMINAR
PREVISTA NO ART. 16 DA LEI 11.340/2006. OBRIGATORIEDADE SOMENTE NOS
CASOS DE MANIFESTAÇÃO DA VÍTIMA. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.
**(STJ. AgRg NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.380.117 - SE. RELATORA MINISTRA
LAURITA VAZ. ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA TURMA. DATA DO JULGAMENTO:
22/05/2012. DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE 05/06/2012). 339**

PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. LEI MARIA DA PENHA. EX-NA-
MORADOS. APLICABILIDADE. AUDIÊNCIA PRELIMINAR. REALIZAÇÃO SEM A
PRESENÇA DO PACIENTE. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO
EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO. **(STJ. HC Nº 27.317 - RJ. RELATOR MI-
NISTRO GILSON DIPP. ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA TURMA. DATA DO JULGA-
MENTO: 17/05/2012. DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE 24/05/2012). 345**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE AMEAÇA PRATICA-
DO CONTRA IRMÃ DO RÉU. INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA.
ART. 5.º, INCISO II, DA LEI N.11.340/06. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BRASÍLIA/
DF. RECURSO PROVIDO. **(STJ. RECURSO ESPECIAL Nº 1.239.850 - DF. RE-
LATORA MINISTRA LAURITA VAZ. ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA TURMA.
DATA DO JULGAMENTO: 16/03/2012. DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE
05/03/2012). 355**

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ART. 129, § 9.º, DO CÓDIGO PENAL.
CRIME PRATICADO CONTRA CUNHADA DO RÉU. INCIDÊNCIA DA LEI MARIA

DA PENHA. ART. 5.º, INCISO II, DA LEI N.º 11.340/06. ORDEM DENEGADA. (STJ. HC Nº 172.634 - DF. RELATORA MINISTRA LAURITA VAZ. ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA TURMA. DATA DO JULGAMENTO: 06/03/2012. DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJE 19/03/2012).....367

ACÓRDÃOS SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PENAL. LEI MARIA DA PENHA. INFRACONSTITUCIONAL. ALEGADA OFENSA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OFENSA REFLEXA. (STF. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 694.813/RS. PRIMEIRA TURMA. PUBLICAÇÃO:28/08/2012. RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX)..... 381

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PEDIDO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. INAPLICABILIDADE DA LEI N. 9.099/1995. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). PRECEDENTE.(STF. HABEAS CORPUS 110.113/MS.PRIMEIRA TURMA. PUBLICAÇÃO:20/03/2012.RELATOR: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA).....387

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXCLUSÃO DO REGISTRO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO DA FOLHA DE ANTECEDENTES DO RECORRENTE. DESCABIMENTO DO WRIT. LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. (STF. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 111.222/DF. SEGUNDA TURMA.PUBLICAÇÃO: 20/03/2012. RELATOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI).392